

Aperto no cerco à corrupção

Reunidos em seminário, presidentes de tribunais federais defendem controle externo do Judiciário, rigor no acompanhamento do uso de verbas públicas e na punição aos fraudadores

José Varella/CBPress

Em meio ao polêmico debate provocado pela reforma do Judiciário, cujo texto, dividido em duas partes, aguarda pela aprovação no Congresso, os presidentes dos tribunais superiores, reunidos no seminário “Diálogo Público”, iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU), cobraram mudanças na atuação da Justiça federal e defenderam a adoção de mecanismos de controle externo, com a participação de representantes da sociedade. Para o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, o Poder tem papel decisivo na consolidação da democracia e da igualdade social, através do controle dos gastos públicos e da criação de uma cultura de respeito às instituições e aos bens do País.

“Precisamos encontrar modos mais eficazes para a aplicação dos recursos públicos. Somente assim conseguiremos uma democracia plena, que atenda as demandas sociais. Temos de repensar nosso papel para que os tribunais se concentrem na defesa dos princípios constitucionais, como a igualdade,

a moralidade e a probidade administrativa,” afirmou Vidigal.

Ele admitiu que, apesar de todo o avanço no combate à corrupção e do empenho do Judiciário para punir os envolvidos em fraudes, ainda é preciso fazer muito. Segundo o presidente do STJ, uma ação efetiva contra este tipo de crime passa inclusive pelo processo eleitoral. “Os ralos da corrupção se cruzam em seus subterrâneos com os da remessa ilegal de bilhões de dólares para os esconderijos dos paraísos fiscais. Nenhuma tentativa de modernizar os mecanismos de controle será eficaz se a República não controlar os agentes que recruta, seja através do voto, de concurso ou de qualquer outro instrumento. A vida pública ainda acolherá, nas próximas eleições, cidadãos que não são limpos”, alertou.

Para o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuil Abdala, um dos principais problemas enfrentados pelo Judiciário brasileiro é a necessidade de lidar com matérias administrativas o que, em sua

opinião, desvirtua o Poder. “O juiz de carreira, em sua trajetória, se prepara para solucionar processos mas, em determinado momento, é colocado em uma cadeira para administrar, sem que tenha vocação para tal”, critica, defendendo que os tribunais federais deixem de julgar questões como as que envolvem a construção de prédios públicos ou os reajustes de servidores.

INTEGRAÇÃO

Criticado por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, o controle externo do Judiciário foi apontado pelo presidente do TCU, ministro Valmir Campelo, como fundamental para o perfeito funcionamento das instituições. Ele acredita que o panorama atual exige conduta semelhante à adotada pela iniciativa privada. “A estrutura das organizações oficiais deve estar aberta para as mudanças e as cobranças da sociedade, com transparência”. Campelo reconheceu que não basta, ao TCU, punir os responsáveis pelo uso irregular do dinheiro público. “Mais do que isso, é preciso educar”.

(Estado de Minas – 10/9)

